Ata nº 9/2020

Aos vinte e três dias do mês de março de dois mil e vinte, às dezenove horas, reuniram-se nesta Casa Legislativa, sob a presidência da vereadora Jane Elizete Ferreira Martins da Silva, os vereadores Gilmar Lopes de Souza, Isabel de Oliveira Elias, José Sérgio de Carvalho, Loreno Feix, Sandro Drum e Teodoro Jair Dessbessel. Registrou-se a ausência dos vereadores Gelso Soares de Brito e Jucimar Borges da Silveira, que apresentaram atestado médico. A Presidente solicitou à vereadora Isabel que secretariasse os trabalhos e que fizesse a leitura de um texto bíblico que em pé foi ouvido. Posteriormente a secretária fez a leitura da Ata nº 8/2020 que foi posta em discussão, votação e aprovada por unanimidade. A secretária fez a leitura do Ofício do Poder Executivo nº 86/2020 – Resposta ao Pedido de Informações nº 1/2020, do Ofício do Poder Executivo nº 92/2020 – Encaminha Projeto de Lei nº 2605/2020, do Ofício do Poder Executivo nº 107/2020 – Solicita Reunião Extraordinária, do Ofício do Poder Executivo nº 110/2020 – Resposta ao Pedido de Informações nº 2/2020, e do Ofício do Poder Executivo nº 111/2020 – Encaminha Projetos de Lei nº 2606, 2608, 2609, 2610, 2611 e 2612/2020. A secretária fez a leitura da Indicação nº 5/2020 – Vereadores Teodoro Jair Dessbessel e Sandro Drum - MDB, Loreno Feix e Gilmar Lopes de Souza – Progressistas - Sugerem ao Poder Executivo que destine recurso oriundo da Cessão Onerosa do Pré-Sal para obras de calçamento nas ruas que ainda não possuem pavimentação, principalmente naquelas que tem mais problemas com a poeira. Os vereadores Teodoro Jair, Gilmar e Sandro defenderam a Indicação. A secretária fez a leitura da Indicação nº 6/2020 – Vereadora Jane Elizete Ferreira Martins da Silva - Progressistas - Sugere ao Poder Executivo uma proposta de criação de Lei de Incentivo aos trabalhadores da Profissão Catador e famílias carentes cadastradas no CAD, a qual venha a possibilitar às pessoas jurídicas a doação de até 2% do ISS/IPTU e, possibilitar às pessoas físicas a doação de até 2% do IPTU/ITBI, a serem destinados ao suporte e assistência necessária, tendo em conta a situação de vulnerabilidade e a pandemia de coronavírus, representando assim um esforço coletivo de todas as instituições e organismos da sociedade que se sentem no desejo de colaborar com estes. A vereadora Jane defendeu sua Indicação. A secretária fez a leitura do Pedido de Informações nº 3/2020 – Vereador Gilmar Lopes de Souza – Progressistas - Solicita: Que seja fornecido cópia do alvará que autorizou a realização de evento com fechamento da Avenida Pio XII, no dia 07 de março, entre o antigo Supermercado Julico e a Lojas Becker; Se foi solicitada, pelo Executivo, a presença da Brigada Militar no local; Qual o interesse público que justificou a autorização para o fechamento da via e expedição do alvará? O Município teve participação, ou ainda, o evento faz parte do calendário oficial do Município? O Pedido de Informações foi posto em discussão, votação e aprovado por unanimidade. A secretária fez a leitura do Pedido de Providências nº 2/2020 – Vereador Sandro Drum – MDB - Pede que o Poder Executivo Municipal providencie o conserto na tubulação de escoamento de água da Rua Romaldino Araújo com a Rua Lidovino Fonton, conforme fotos em anexo ao pedido. O Pedido de Providências foi posto em discussão, votação e aprovado por unanimidade. A secretária fez a leitura do Pedido de Providências nº 3/2020 – Vereadora Jane Elizete Ferreira Martins da Silva – Progressistas - Pede que o Poder Executivo Municipal providencie a manutenção da Rua Rodolfo Eduardo Becker, na parte que ainda não é pavimentada, principalmente na forma de calçamento conforme Indicação nº 5/2020, ou na sua impossibilidade, que seja espalhado brita ou pedras de refugo, bem como a estrada plainada, eis que os bueiros ali são enormes e a rua estreita, a fim de amenizar a situação que vem de longa data, até que o calçamento seja realizado. O referido pedido fora solicitado por moradores do local, os quais estão em busca de solução para caos que vivem no dia a dia. Ademais realizaram abaixo assinado para que medidas sejam tomadas. O Pedido de Providências foi posto em discussão, votação e aprovado por unanimidade. A secretária fez a leitura da Resolução de Mesa nº 1/2020. Na sequência, a Presidente baixou nas Comissões: Projeto de Lei do Executivo nº 2605, de 09 de março de 2020 – Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar processo seletivo simplificado e contratar por tempo determinado, por excepcional interesse público, nos termos do art. 37, IX da Constituição Federal e art. 76 da Lei Orgânica Municipal e dá outras providências; Projeto de Lei do Executivo nº 2606, de 11 de março de 2020 – Dá denominação a logradouro público municipal e dá outras providências; Projeto de Lei do Executivo nº 2607, de 16 de março de 2020 – Autoriza o Poder Executivo Municipal a contratar por tempo determinado, por excepcional interesse público, nos termos do artigo 37, IX da Constituição Federal e artigo 76 da Lei Orgânica Municipal e dá outras providências; Projeto de Lei do Executivo nº 2608, de 16 de março de 2020 – Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar a abertura de crédito suplementar no valor de R$ 271.931,10 (duzentos e setenta e um mil novecentos e trinta e um reais e dez centavos) e dá outras providências; Projeto de Lei do Executivo nº 2609, de 17 de março de 2020 – Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar a abertura de crédito especial no valor de R$ 44.948,66 (quarenta e quatro mil novecentos e quarenta e oito reais e sessenta e seis centavos) e dá outras providências; Projeto de Lei do Executivo nº 2610, de 17 de março de 2020 – Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar a abertura de crédito especial no valor de R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) e dá outras providências; Projeto de Lei do Executivo nº 2611, de 17 de março de 2020 – Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar a abertura de crédito suplementar no valor de R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais) e dá outras providências; Projeto de Lei do Executivo nº 2612, de 17 de março de 2020 – Altera o art. 1° da Lei Municipal n° 2542 de 28 de janeiro de 2020 e dá outras providências; e Projeto de Lei do Legislativo nº 5, de 20 de março de 2020 – Institui o programa de estímulo à implantação de hortas escolares nas escolas que integram a rede municipal de ensino, comunitárias e compostagem no Município de Salto do Jacuí. Devido à urgência dos Projetos, as Comissões, em Plenário, emitiram parecer favorável aos Projetos de Lei do Executivo nº 2607 e 2609/2020. Na sequência, a secretária fez a leitura do Projeto de Lei do Executivo nº 2607, de 16 de março de 2020 – Autoriza o Poder Executivo Municipal a contratar por tempo determinado, por excepcional interesse público, nos termos do artigo 37, IX da Constituição Federal e artigo 76 da Lei Orgânica Municipal e dá outras providências, que foi posto em discussão, votação e aprovado por unanimidade. A secretária fez a leitura do Projeto de Lei do Executivo nº 2609, de 17 de março de 2020 – Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar a abertura de crédito especial no valor de R$ 44.948,66 (quarenta e quatro mil novecentos e quarenta e oito reais e sessenta e seis centavos) e dá outras providências, que foi posto em discussão, votação e aprovado por unanimidade. Na Tribuna Parlamentar, o vereador Sandro Drum falou sobre seu Pedido de Providências para conserto na tubulação de escoamento de água da Rua Romaldino Araújo; disse que o Secretário de Obras, Uilson Serena, tem tratado mal os servidores municipais; comentou que conseguiu um carro para o Conselho Tutelar, porém as conselheiras não tem motorista; destacou as reuniões que os membros da ACI, juntamente com a Prefeitura, têm realizado sem convidar os vereadores; por fim, Sandro falou sobre a pandemia de Coronavírus. O vereador José Sérgio comentou sobre a fonte drenada da comunidade da Tabajara, que só falta fazer a instalação da bomba, disse a fonte comportaria a comunidade toda em caso de necessidade; falou sobre o Pedido de Providências do vereador Sandro e sobre a pandemia de Coronavírus. O vereador Gilmar falou sobre sua opinião quanto ao consenso; comentou sobre sua preocupação com a Secretaria do Planejamento; disse que há muita indignação na política de Salto do Jacuí; por fim, disse que irá pender para o lado que irá administrar melhor o Município. Nada mais havendo a se tratar, às vinte e uma horas e dez minutos, a Presidente encerrou os trabalhos e vai a presente Ata lavrada e assinada por quem de direito: